

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) de 2021

Ao décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte um, por meio de videoconferência na plataforma *Microsoft Teams*, com início às catorze horas e vinte minutos, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM do ano de 2021, que teve como pautas: 1) Informes Gerais, 2) Apresentação e deliberação a respeito do Processo nº S2021013544, o qual solicita autorização ambiental para supressão/transplante vegetal. Requerente: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINF, 3) Apresentação e deliberação a respeito do Processo nº S2020010502, o qual solicita autorização ambiental para supressão/transplante vegetal. Requerente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e 4) Outros assuntos de interesse. Primeiramente, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta a todos e comunica o início da reunião. Em seguida, realiza algumas orientações a respeito das etapas e procedimentos referentes à reunião e na sequência solicitou que os conselheiros se manifestassem a respeito da necessidade da leitura da Ata da reunião anterior e se haveriam alterações a serem realizadas no documento. Na sequência, uma vez constatado que não houve solicitação de leitura, bem como realização de alterações pelos conselheiros, foi comunicada a aprovação do documento. Posteriormente, a palavra foi facultada para início da realização dos informes gerais. Em seguida, Marina Fontenele (SECULTFOR) assume a palavra, cumprimenta os presentes e comunica para ciência de todos a respeito da questão da demolição não autorizada do Casarão dos Gondim realizada no mês de julho, uma vez tratar-se de um imóvel em processo de tombamento pelo município. Posteriormente, Marina Fontenele (SECULTFOR) salienta que a Secretaria Municipal da Cultura acionou a Agência de Fiscalização de Fortaleza – AGEFIS para que fossem realizadas as devidas averiguações e aplicação de sanções. Continuando sua explanação, Marina Fontenele (SECULTFOR) esclarece que atualmente está sendo verificado o enquadramento dessa ação como crime ambiental, considerando as disposições da lei federal nº 9.605/1998, haja vista o dano ao ordenamento urbano e patrimônio cultural, bem como está sendo articulada junto a Procuradoria Geral do Município a elaboração da minuta do termo de ajustamento de conduta no que se refere à definição das medidas compensatórias por parte do infrator. Em seguida, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra, cumprimenta os presentes e inicia sua explanação lamentando o ocorrido, em seguida informa que independente das medidas anteriormente relatadas, o Ministério Público também está procedendo com a apuração do caso e que estão sendo tomadas todas as providências no âmbito cível por meio da abertura de processos e atuação de suas promotorias. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) comunica que será concedida uma entrevista por parte de representantes do Ministério Público a respeito dessa temática na rádio universitária na próxima terça-feira a partir das oito horas da manhã e que poderia disponibilizar posteriormente via e-mail o link da gravação da entrevista para a Secretaria Executiva disponibilizar aos conselheiros. Em seguida, uma vez constatado que não havia mais inscrições para pronunciamentos por parte dos conselheiros, a palavra foi direcionada para o início das tratativas inerentes a segunda pauta da reunião. Posteriormente, a equipe designada pela Secretaria da Infraestrutura - SEINF inicia sua apresentação, a qual contou com os seguintes tópicos: contextualização do saneamento em Fortaleza/CE, escopo e localização do empreendimento, licenciamento ambiental, manejo da flora e manejo da fauna. Inicialmente, Luciana (SEINF) assume a palavra, cumprimenta os presentes e ressalta que a demanda em questão se refere ao projeto de implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE para atender o perímetro das comunidades do Barroso e Che Guevara, tratando-se de uma obra integrante do Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza – PROINFRA. Em seguida, Luciana (SEINF) realiza uma contextualização geral a respeito do trâmite do processo e na sequência aborda os temas relativos à localização do empreendimento, etapas do licenciamento ambiental e manejo da flora. Posteriormente, Diego Soares (SF CONSULTORIA AMBIENTAL) assume a palavra, cumprimenta os presentes e discorre sobre as metodologias das etapas de levantamento e resgate, pertinentes ao manejo da fauna. Em seguida, uma vez encerrado o momento da apresentação, a palavra foi facultada para que os conselheiros realizassem suas considerações. Posteriormente, Edivania Marques (AGB) assume a palavra, cumprimenta os presentes e solicita maiores esclarecimentos a respeito da área do empreendimento, bem como questiona a respeito do manejo de flora

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

49 quantos espécimes de carnaúbas serão transplantados, o seu respectivo porte e qual a probabilidade de
50 resistirem a essa etapa. Continuando sua explanação, no que tange ao manejo de fauna, Edivana Marques
51 (AGB) questiona a respeito do percentual de sobrevivência previsto para a área de soltura. Em seguida,
52 Luciana (SEINF) assume a palavra e realiza esclarecimentos a respeito dos questionamentos elencados.
53 Primeiramente, Luciana (SEINF) informa que o transplântio se refere ao quantitativo de trinta e oito
54 carnaúbas de porte variável, o qual ocorrerá no terreno ao lado da área prevista para a intervenção.
55 Posteriormente, Diego Soares (SF CONSULTORIA AMBIENTAL) assume a palavra e esclarece que a etapa de
56 supressão de vegetação não foi iniciada, portanto ainda não foi dado início a etapa de resgate e salvamento da
57 fauna, contudo a área prevista para realização da soltura apresenta capacidade de suporte adequada e o risco
58 de óbitos é baixo, ressaltando-se que todos os procedimentos deverão ocorrer com o acompanhamento de
59 profissional habilitado. Em seguida, Danilo Araújo (CRBIO) assume a palavra, cumprimenta os presentes e
60 solicita esclarecimentos a respeito das espécies selecionadas para serem transplantadas, considerando a
61 menção as carnaúbas e tendo em vista a incidência de outras espécies relevantes. Continuando sua
62 explanação, Danilo Araújo (CRBIO) questiona a respeito da possibilidade de haver uma integração entre as
63 duas áreas previstas para realização das possíveis solturas e finalizando sua fala, direciona um
64 questionamento a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente no que se refere a como ocorre à
65 fiscalização dos transplântios. Posteriormente, Luciana (SEINF) assume a palavra e esclarece que com relação
66 ao transplântio das carnaúbas há previsão em legislação específica, com relação às demais espécies foi
67 constatado pelo agrônomo responsável que não havia suporte para o transplântio. Em seguida, Iara Rodrigues
68 (IPLANFOR) assume a palavra, cumprimenta os presentes e reforça a importância de que seja procedido com
69 o devido reaproveitamento dos resíduos vegetais oriundos das intervenções, mencionando como exemplo a
70 produção de briquetes e a utilização em algum projeto, como o do “Micro Parques Urbanos”. Na sequência,
71 Iara Rodrigues (IPLANFOR) reforça a necessidade do monitoramento dos transplântios e que seja dada ciência
72 aos conselheiros das etapas posteriores dos projetos. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a
73 palavra, solicita acesso ao arquivo da apresentação realizada, bem como esclarecimentos relativos ao
74 inventário das espécies arbóreas, do tamanho da área a ser realizado o transplântio e também a respeito da
75 área prevista para soltura da fauna e se há conexão com o Rio Cocó. Em seguida, José Maria Barbosa (IBAMA)
76 assume a palavra e solicita esclarecimentos com relação à conexão entre as duas áreas previstas para soltura
77 da fauna. Na sequência, Luciana (SEINF) assume a palavra e esclarece que a área para realização do
78 transplântio está sendo analisada, sendo possivelmente próxima há área de preservação ambiental.
79 Posteriormente, Diego Soares (SF CONSULTORIA AMBIENTAL) assume a palavra e realiza esclarecimentos a
80 respeito das etapas de afugentamento e resgate, bem como sobre a área de soltura no âmbito do manejo de
81 fauna, salientando que há conexão com o Rio Cocó por meio dos riachos e do sistema de drenagem existente
82 na área. Em seguida, Edivania Marques (AGB) assume a palavra e solicita esclarecimentos a respeito da
83 escolha da área prevista para instalação da ETE. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra
84 e corrobora com o questionamento anterior a respeito de quais seriam os critérios utilizados para definição
85 do local de implantação da ETE. Em seguida, Bruno (SEINF) assume a palavra e esclarece que a área do projeto
86 foi selecionada com base em estudos técnicos, citando como exemplo a topografia, dimensionamento das
87 tubulações. Na sequência, José Maria Barbosa (IBAMA) assume a palavra e questiona a respeito das
88 alternativas locais para o projeto, se houveram estudos nesse sentido. Sendo posteriormente
89 corroborado pela conselheira Ann Celly (MPCE), a qual também ressaltou tratar-se de uma situação complexa,
90 haja vista a finalidade para implantação de uma ETE e a área proposta para localização do equipamento. Em
91 seguida, Luciana (SEINF) assume a palavra e esclarece que o inventário das árvores foi realizado e as mesmas
92 catalogadas em sua totalidade conforme metodologia prevista na instrução normativa da SEUMA.
93 Posteriormente, Nathália Bugni (SEUMA) assume a palavra e esclarece que há o monitoramento por parte da
94 SEUMA quanto à execução das ações vinculadas aos projetos, bem como análise e verificação se as mesmas
95 estão ocorrendo em conformidade com os planos e observância ao cumprimento das condicionantes e
96 compensatórias. Continuando sua explanação, Nathália Bugni (SEUMA) ressalta que no caso em específico da

97 demanda referente à devolutiva a respeito dos transplântios, poderia ser disponibilizado posteriormente para
98 ciência dos conselheiros os relatórios e registros fotográficos referentes ao cumprimento das medidas
99 previstas. Posteriormente, Marcelo Rebouças (SEUMA) sugere que também poderia ser abordado como pauta
100 de reunião do Conselho as devolutivas em torno dos processos apreciados, objetivando o fornecimento de
101 informações e esclarecimento de dúvidas. Em seguida, Alisson Melo (OAB/CE) assume a palavra, cumprimenta
102 os presentes e considerando as características da área prevista para implantação do projeto, propõe que
103 sejam apresentadas informações e/ou estudos acerca das alternativas locais, de modo a subsidiar a
104 análise pelo Conselho. Posteriormente, Mirian Costa (UFC) assume a palavra, cumprimenta os presentes e
105 solicita maiores informações a respeito do manejo agrônomo dos transplântios das espécies arbóreas, bem
106 como ressalta a importância da averiguação em torno da localização da ETE proposta, conforme
107 anteriormente mencionado por outros conselheiros. Em seguida, Rosângela de Albuquerque (SEPOG) assume
108 a palavra e informa que ao verificar a área de inserção do projeto pôde notar que se trata de um local do
109 loteamento que está sendo doado ao município como área institucional, a qual é destinada para edificação de
110 equipamentos públicos para prestação de serviços à comunidade, na sequência reforça a questão da
111 preocupação no que tange a arborização e salienta a necessidade de planejamento em torno da questão.
112 Posteriormente, Christina Bianchi (CREA/CE) assume a palavra, cumprimenta os presentes e menciona a
113 necessidade da apresentação do planejamento e análise em torno do custo-benefício para justificar a
114 localização da ETE, informando que dada às características ambientais presentes, o local em questão não seria
115 o mais adequado para a intervenção, apesar de se tratar de um equipamento que acarreta benefícios,
116 manifestando-se contrariamente a essa localização. Em seguida, Brenda Rolim (CAU/CE) assume a palavra,
117 cumprimenta os presentes e inicia sua explanação ressaltando a importância dos elementos anteriormente
118 mencionados pelos demais conselheiros e menciona a necessidade de que os projetos sejam elaborados de
119 maneira planejada e estratégica, sendo averiguadas todas as alternativas. Posteriormente, Edivania Marques
120 (AGB) assume a palavra e comunica o seu posicionamento contrário à aprovação do projeto na área proposta,
121 tendo em vista os possíveis impactos. Em seguida, Bruno (SEINF) assume a palavra e primeiramente informa
122 que um dos critérios para escolha do local foi a cessão do espaço do loteamento ao município, sendo verificado
123 que as demais áreas nas proximidades não estavam disponíveis e ensejariam na ampliação dos custos para
124 implementação do projeto, bem como haveriam restrições relacionadas à incidência da rede de transmissão
125 da CHESF na localidade. Posteriormente, Erivaldo (SEINF) assume a palavra e ressalta que para além do que já
126 foi mencionado, a área prevista para a implantação da ETE também se trata de um ponto estratégico por conta
127 que caso a mesma estivesse em outro ponto, algumas ruas da comunidade não seriam atendidas com o
128 esgotamento sanitário. Em seguida, Christina Bianchi (CREA/CE) assume a palavra e menciona que os
129 critérios mencionados se referem estritamente aos custos do projeto, e que tão somente isso não configuraria
130 uma justificativa plausível, mas que seria necessária a apresentação das demais alternativas a fim de
131 fundamentar a escolha da localização do equipamento. Posteriormente, Denise Sobreira (PGM) assume a
132 palavra e sugere que a deliberação a respeito do tema seja suspensa e que a pauta seja tratada em outra
133 reunião com a realização da apresentação das justificativas técnicas e disponibilização de possíveis estudos
134 complementares. Em seguida, Pedro Rocha (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta a todos e ressalta que o
135 projeto em questão trata-se de uma obra pública de relevante interesse social, a qual tem por objetivo provê
136 infraestrutura essencial para garantir condições de habitabilidade para a população. Posteriormente, José
137 Resende (SEINF) assume a palavra e realiza uma contextualização geral a respeito do PROINFRA,
138 notadamente no que tange as obras de infraestrutura relacionadas ao saneamento no município de Fortaleza,
139 na sequência presta alguns esclarecimentos relativos aos aspectos de engenharia e algumas limitações ao
140 projeto. Em seguida, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra e reitera que o Conselho tem ciência da
141 importância de uma ETE, contudo ressalta que não foram apresentadas informações a respeito das possíveis
142 alternativas locais, bem como fundamentação suficiente para justificar a supressão da vegetação na área
143 proposta. Posteriormente, Lamarka Lopes (UNIFOR) assume a palavra, cumprimenta os presentes e ressalta
144 que a área em questão apresenta características ambientais relevantes, corrobora com os posicionamentos

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

145 manifestados anteriormente pelos demais conselheiros e menciona a importância de serem avaliadas as
 146 alternativas de modo a possibilitar a escolha da melhor opção, tendo por base estudos realizados. Em seguida,
 147 Christina Bianchi (CREA/CE) assume a palavra e reitera que não foram apresentadas informações técnicas
 148 suficientes que respaldassem a escolha do local para implantação do equipamento, assim como estudos a
 149 respeito das possíveis alternativas. Continuando sua explanação, Christina Bianchi (CREA/CE) sugere que o
 150 tema seja tratado em uma reunião extraordinária com a devida apresentação dessas informações.
 151 Posteriormente, Denise Sobreira (PGM) assume a palavra, agradece pelos informes realizados pelos técnicos
 152 da Secretaria da Infraestrutura, porém menciona que com base nos posicionamentos anteriores não ficou
 153 claro para os conselheiros as razões que basearam a seleção do terreno para implantação da ETE e que seria
 154 importante o fornecimento desses esclarecimentos para possibilitar a deliberação em torno do tema. Em
 155 seguida, José Resende (SEINF) assume a palavra e propõe aos conselheiros a realização de uma reunião
 156 extraordinária para tratar sobre a pauta em questão com o intuito de fornecer maiores esclarecimentos e
 157 informações a respeito das dúvidas que foram elencadas acerca do projeto. Posteriormente, Edivania Marques
 158 (AGB) assume a palavra e ressalta a importância da apresentação de alternativas locais. Em seguida,
 159 Pedro Rocha (SEUMA) assume a palavra e considerando o adiantado da hora, propõe para deliberação do
 160 colegiado a realização de uma reunião extraordinária do Conselho para apreciação das pautas previstas.
 161 Diante da solicitação, a demanda foi prontamente atendida pelo colegiado, não havendo manifestações em
 162 contrário, ficando assim pré-agendada a realização de uma reunião extraordinária para o dia dois de setembro
 163 (02/09) a partir das 14:00 (quatorze horas) objetivando a continuidade dos trabalhos. Por fim, não havendo
 164 mais manifestações pelos presentes, Pedro Rocha (SEUMA) agradece a participação de todos e comunica o
 165 encerramento da reunião. Sem mais, eu, Marcelo Rebouças da Silva, Secretário Executivo do COMAM finalizo a
 166 presente ATA.
 167

168 Estiveram presentes representantes de 28 instituições, totalizando 32 conselheiros:

	Instituição	Representante
1	SEUMA	Pedro César da Rocha Neto (Suplente)
2	CPA	Viviane Leite Damasceno (Titular)
3	CPA	Renata Veras Muniz Farias (Suplente)
4	SEINF	Manuelito Cavalcante Junior (Titular)
5	SEINF	José Roberto de Resende (Suplente)
6	SME	Alessandra Mendes Gaspar (Suplente)
7	PGM	Denise Barbosa Sobreira (Titular)
8	SECULTFOR	Marina Queiroz Fontenele (Titular)
9	SECULTFOR	Diego Fernandes Zaranza (Suplente)
10	SEGER	Ítalo Alves de Andrade (Suplente)
11	SCSP	Francisco Aristeu Henrique Filho (Titular)
12	CREA/CE	Christina Bianchi (Titular)
13	IPLANFOR	Iara Silvia Rodrigues de Oliveira (Suplente)
14	HABITAFOR	Cristiane Vieira dos Santos (Titular)
15	IBAMA	José Maria Barbosa da Silva (Suplente)
16	SEPOG	Rosângela de Albuquerque e Silva (Suplente)
17	CAGECE	Delano Sampaio Cidrack (Titular)
18	ENEL/CE	Cibele Moreira Pinheiro Franck (Suplente)

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

19	CAU/CE	Brenda Rolim Chaves (Titular)
20	FBFF	Jerônimo Paulo da Silva (Titular)
21	IAB/CE	Emiliano Luiz de Oliveira Neto (Titular)
22	SINDUSCON/CE	Luana Silva Marques Quinderé (Titular)
23	SINDUSCON/CE	Antônio de Mattos Brito Neto (Suplente)
24	UFC	Mirian Cristina Gomes Costa (Titular)
25	UNIFOR	Lamarka Lopes Pereira (Titular)
26	MPCE	Ann Celly Sampaio Cavalcante (Titular)
27	OAB/CE	Alisson José Maia Melo (Suplente)
28	AGB	Edivania Marques de Sousa (Titular)
29	CRBIO	Danilo Saraiva Araújo (Titular)
30	SEMACE	Adilson do Nascimento Adriano Júnior (Suplente)
31	FIEC	Antônio Renato Lima Aragão (Titular)
32	CDL	Felycianno Rodrigues da Costa (Titular)

169

170 A reunião contou ainda com demais participantes:

Órgão/Instituição/Entidade		Representante
1	SEUMA	Ivan Dias
2	SEUMA	Marcelo Rebouças
3	SEUMA	Yana Beltrão
4	SEUMA	Carla Camila Girão Albuquerque
5	SEUMA	Rafael Tomaz
6	SEUMA	Nathália Bugni
7	SEUMA	Mariana Oliveira
8	SEUMA	André Carvalho
9	SEINF	Luciana
10	SEINF	Bruno
11	SEINF	Erivaldo
12	SMS	Eduardo Amêndola
13	SF CONSULTORIA AMBIENTAL	Diego de Oliveira Soares
14	MRV ENGENHARIA	Tiago Almeida Moreira
15	SETEG	Eveline Mesquita
16	SETEG	Karlla Morganna da Costa Rêgo
17	SETEG	Matheus Fontenelle
18	SETEG	Felipe Brasileiro
19	SETEG	Juliana Vicente
20	SETEG	Edmar Ximenes
21	SETEG	Tatiany Araujo
22	TENDA	Ana Dara Rodrigues
23	TENDA	Claudio Felipe Valença Benevides
24	PÚBLICO EM GERAL	Lucas
25	PÚBLICO EM GERAL	Laize
26	PÚBLICO EM GERAL	Anderson Lima

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

27	PÚBLICO EM GERAL	Valerio Vieira
28	PÚBLICO EM GERAL	Matheus
29	PÚBLICO EM GERAL	Marcus Vinicius

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

Das instituições ausentes, foi apresentada prévia justificativa por parte da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, representantes: Fernando Faria Bezerra (Titular) e Maria Dias Cavalcante (Suplente); Instituto de Permacultura e Ecovilas do Ceará – IPC, representantes: Vânia de Oliveira Sindeaux (Titular) e Ângela Maria da Costa Araújo (Suplente); Secretaria Municipal da Saúde – SMS, representantes: Nélio Batista de Moraes (Titular) e Francisco Atualpa Soares Júnior (Suplente); Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR, representantes: Leandro Joías Chaves (Titular) e Cecília Daniela Cláudio Assunção Brito (Suplente).

Relação dos representantes ausentes na reunião que não apresentaram justificativa prévia: Câmara Municipal de Fortaleza – CMFor: Vereador Leo Couto (Titular) e Vereador José Freire (Suplente); Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/CE: Marconi José Barbosa da Silva (Titular) e Angela Maria Fechine Dantas de Moura (Suplente); Associação Comercial do Ceará – ACC: Antônio José Gomes Costa (Titular) e Antônio Gomes Guimarães Neto (Suplente); Ecofor Ambiental: João Julio de Holanda Sombra (Titular) e Atila da Silva Gomes (Suplente).

Fortaleza, 01 de setembro de 2021.

Marcelo Rebouças da Silva
Secretário Executivo do COMAM

Ata aprovada em reunião realizada no dia 02/09/2021.